

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO

AUDIÇÃO PARLAMENTAR DO DIRETOR DO CENTRO REGIONAL DOS AÇORES DA RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.A., A QUE SE REFERE A ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ARTIGO 42.º DO ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, NA REDAÇÃO QUE LHE FOI CONFERIDA PELA LEI N.º 2/2009, DE 12 DE JANEIRO, CONJUGADO COM O N.º 4 DO ARTIGO 5.º DOS ESTATUTOS DA RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.A., APROVADOS EM ANEXO À LEI N.º 39/2014, DE 9 DE JULHO.

JANEIRO DE 2025



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 6 de dezembro de 2024 e da agenda da reunião constava a audição parlamentar anual ao Diretor do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A.

A audição decorreu na Delegação desta Assembleia Legislativa na ilha de São Miguel e ainda com recurso a outros meios telemáticos.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A alínea d) do n.º 2 do artigo 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, e o n.º 4 do artigo 5.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados em anexo à Lei n.º 39/2014, de 9 de julho, conferem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o direito de proceder à audição do Diretor do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal.

As matérias no âmbito da *comunicação social* são da competência da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos do disposto no artigo 2.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril.

CAPÍTULO II

AUDIÇÃO

Disponível em: [Parlamento online - Audição, nos termos do disposto na alínea d\) do n.º 2 do artigo 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, e no n.º 4 do artigo 5.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados pela Lei n.º 39/2014, de 9 de julho, que alterou a Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, do Diretor do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A.](#)

O Presidente da Comissão iniciou a audição cumprimentando e agradecendo a presença do senhor Diretor da RTP/Açores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Iniciou a sua intervenção, Dr. Rui Goulart, Diretor do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão Portuguesa, fazendo um breve resumo sobre a atividade da RTP Açores referindo que para além de alguns prémios que a RTP teve, distinguida como órgão de comunicação social do ano no desporto, referiu que em 2023 a RTP Açores, apesar de algumas dificuldades conhecidas, não sendo apenas um fenómeno exclusivo da RTP, aumentou as suas horas de produção, sendo que em 2022, de informação diária de 2.062 horas de produção própria local e em 2023 passou para 2.164.

De acordo com as obrigações de serviço público, que estão no atual contrato de concessão de serviço público obriga, a que tenha uma média de programas mensais exibidos de 30, a nível da informação diária, tendo-se feito 78 e o número de exibições em 2023 foram 941. Dos programas de debate sobre natureza política, económica ou social, que também faz parte das obrigações de serviço público, que deve ser pelo menos o número de programas mensais de 4, o número exibido, em média, foram de 40, sendo que no total foram, em 2023, de 447 programas de horas de debate e de análise sobre a nossa atualidade. Como referiu, em 2023 foram 2.164 horas contra 2.062 horas, isto obviamente também traz custos e numa altura em que também há algumas dificuldades do ponto de vista de recursos humanos e de orçamentos referiu que estão satisfeitos com aquilo que têm conseguido.

Ao nível da distribuição de programas na informação foi cerca de 51%, o que em 2022 tinha sido 46%, entretenimento 16%, documentário 10%, sendo o restante em musicais, divulgação cultural e outros.

Num relatório feito pela empresa de auditorias, a Deloitte, a RTP Açores foi destacada por ter diversidade de programas dentro do Grupo RTP, tendo algum equilíbrio de géneros ao nível da informação, o entretenimento, o documentário, os musicais, o infantil e os religiosos. Aproveitando para falar na Antena 1 Açores, que tem feito um bom trabalho do ponto de vista não só da programação, mas também da informação, sobretudo com grande acolhimento por parte da Antena 1 Nacional.

Referiu que o ano 2024 foi um ano político intenso para a RTP Açores, na cobertura política, com três eleições, eleições regionais, nacionais e as europeias. Dando-se também bastante destaque aos 50 anos do 25 de Abril, com alguns documentários.

No campo da inteligência artificial e das redes sociais, a RTP Açores tem apostado, desde 2019, tendo sido feito um investimento considerável, do ponto de vista interno, nestas áreas. Começando nos dados totais de 2024, a nível de visitas online no site, registou-se 1.3 milhões de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

visitas ao site até a esta data, na RTP Play, quase 877 mil, nas redes sociais, todas as publicações da Antena 1 e da RTP tiveram alcance de 1.5 milhões e visualizações de 24 milhões.

No site, o total de visitas em 2023 foi 502 mil, este ano de 2024 já é 1.3 milhões, dando uma média mensal de 136 mil, enquanto em 2023 era de 56 mil visitas ao site. Houve uma ligeira queda na rede social Facebook, apostando também no Instagram, que teve um alcance 157 mil pessoas.

Em nível das audiências, a RTP Açores continua a ser o 4º canal preferido dos açorianos, ficando atrás da TVI, da SIC e da RTP. A nível da Antena 1, há a registar um salto bastante significativo sendo a 2ª rádio mais ouvida com 39%, e a 1ª é a RFM.

Do ponto de vista do investimento, tem havido um investimento significativo, a nível de estúdios, de câmaras, de emissores da rádio, sendo um investimento que por vezes não se nota, mas que tem sido significativo, a parte dos emissores na rádio em várias ilhas, com a renovação total, nas Flores, em Santa Maria e no Pico. Ao nível da matéria dos recursos humanos, houve uma ação inspetiva ao Grupo RTP e as pessoas que foram identificadas foram integradas no dia 1 de dezembro, passando a contar nos seus quadros com mais 14 pessoas.

Para finalizar referiu que a RTP gostaria de ter mais assessores tendo, neste momento, correspondentes, sugerindo a criação de uma figura única para a possibilidade da profissionalização dos correspondentes, porque muitas vezes a RTP não pode cobrir as ações devido à indisponibilidade dos correspondentes que têm, a maior parte deles, a sua atividade profissional paralela.

Aberta as inscrições para a primeira ronda, pediu a palavra o deputado Mário Tomé (PS) que sendo ouvinte da Antena 1, referiu a importância de valorizar os órgãos de comunicação social regionais. A RTP Açores desempenha um papel fundamental na democracia dos Açores, atuando como um pilar essencial da autonomia regional. A emissora garante coesão entre as 9 ilhas do arquipélago e reforça os laços que são muito importantes com a diáspora açoriana.

O jornalismo da RTP Açores desempenha um papel crucial nos Açores, com reportagens específicas sobre as ilhas que ajudam a destacar os desafios, os problemas e a ambição dos habitantes locais. Salientou a importância dos dois correspondentes da RTP Açores na Ilha do Pico. Este trabalho jornalístico é altamente profissional e tem sido fundamental e preponderante para a valorização da Ilha do Pico e de todo o território regional, mas também para a valorização da sua cultura, das suas tradições e dando voz aos picarotos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Passando às questões, questionou ao Dr. Rui Goulart se este considera implementar uma subdelegação da RTP Açores na Ilha do Pico e qual a situação laboral dos dois correspondentes da RTP na ilha Pico.

Para responder às questões colocadas, Dr. Rui Goulart, reconheceu que, estatisticamente, do ponto de vista do desenvolvimento económico, o Pico, merece mais alguma atenção, quando comparando, por exemplo, com a Terceira e com o Faial, que têm uma delegação, e, por isso mesmo, o Pico é a única ilha em que têm dois correspondentes, um para a rádio e outro para a televisão.

O Pico tem tido uma presença bastante significativa nos telejornais, tendo em conta a situação difícil da inflação, a Direção da RTP teve o cuidado, no ano anterior, de subir o valor da prestação de serviço dos correspondentes, ou seja, o valor da peça a rádio, o valor da peça da televisão, coisa que já não acontecia há vários anos.

Registou que não existe nenhum correspondente ou colaborador, que deixe de trabalhar ou de colaborar na RTP Açores por falta de montante global anual, que é assinado no contrato. Eles têm a liberdade para propor peças e cobrir a atualidade em qualquer ilha, obviamente que os responsáveis da área da informação, ou a direção, poderão ter uma palavra a dizer, mas tem havido essa disponibilidade.

Voltou a referir a questão da delegação e dos correspondentes, considerando que é uma matéria que a própria Assembleia Regional, junto à Assembleia da República ou da tutela deveriam rever a situação da profissionalização de seis pessoas, que são os correspondentes das ilhas sem delegação, não cabendo essa resolução à direção do Centro Regional dos Açores.

Sabendo-se que o Serviço Público passa muito pela proximidade e sobretudo estar junto das ilhas, no mês de novembro foram enviadas cartas a algumas Câmaras, no caso do Pico, à Câmara da Madalena, mas também às Câmaras de Santa Cruz das Flores, à Vila Nova do Corvo, à Vila do Porto em Santa Maria, à Graciosa e às Velas de São Jorge onde solicitaram um pequeno espaço, uma sala ou um quarto onde a RTP Açores asseguraria todo o material tecnológico, que permitisse colocar um convidado que pudesse entrar em direto com qualidade HD ou com alta definição. Informou que já receberam algumas respostas, tendo a RTP já o equipamento disponível para aplicar, fazendo um apelo também aos senhores deputados para que junto dos seus autarcas possam eventualmente ajudar nesta missão, que o Diretor do Centro Regional, considera que seria benéfico para todos os Açorianos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Usando o seu direito de réplica o deputado Mário Tomé (PS) questionou se a Direção da RTP Açores já fez a proposta à Direção da RTP no sentido de avançar com a profissionalização dos 6 correspondentes.

Para responder a essa questão o Dr. Rui Goulart referiu que esse assunto já foi várias vezes levantado e, será novamente conversado com o Conselho de Administração. Esclarecendo que quem autoriza a entrada das pessoas na RTP no sector público é a tutela. Teria de ser revisto o acordo de empresa, porque não há uma carreira no acordo coletivo de trabalho da RTP que preveja a situação dos respondentes. Esta não é uma matéria pacífica junto aos sindicatos. A RTP, quando negocia os seus acordos, senta à mesa cerca de 10 sindicatos, onde há sindicatos que não concordam, exatamente com receio, eventualmente, que isso possa depois se tornar, não uma exceção, mas uma regra. E para se concretizar tem de envolver, o próprio acionista, os sindicatos e o Conselho de Administração.

Ainda no âmbito da primeira ronda pediu a palavra o deputado Paulo Simões (PSD) onde questionou o número de trabalhadores do quadro da RTP Açores e Antena 1 Açores e quantos trabalhadores precários existem no global e em particular na RTP Açores e Antena 1 Açores, passando recibos verdes. Questionando igualmente qual seria o número ideal de pessoal afeto à RTP Açores e Antena 1 Açores.

Para responder às questões colocadas, Dr. Rui Goulart, até 1 de dezembro tinham 121 funcionários, Praia da Vitória com 19, Ponta Delgada com 89 e Horta com 13.

Sobre a questão dos contratos de prestação de serviços, a RTP-Açores tem cerca de 40 prestadores de serviços, em várias áreas que vão desde a jardinagem, caracterização, produtoras externas, entre outras. Nomeadamente nas redações, continuam a ter alguns prestadores de serviços, fruto da falta de recursos humanos, recorrendo à prestação de serviço, por exemplo, quando há um fluxo de maior trabalho, sendo, como já referiu que o Grupo RTP está impedido de fazer contratos a prazo.

Ao nível do número ideal, referiu que com mais 20 pessoas já seria uma ajuda significativa, dando o exemplo, na área técnica que precisam urgentemente de funcionários, que é uma área fundamental, porque tem de assegurar a rádio e televisão, e sobretudo numa altura em que as tecnologias, e os modelos de produção estão a mudar. Nos administrativos, nos jornalistas, locutores de rádio, ao nível das operações, na área da produção, têm só um produtor, por exemplo, em São Miguel, e era um prestador de serviços, na área da televisão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A RTP Açores está neste momento em negociações com a RTP em Lisboa, para ter modelos de produção mais ágeis, em que possam também estar nas ilhas através das tecnologias IP-5G, para se tentarem adaptar aos novos tempos, já que estão limitados do ponto de vista da contratação pública, estão a tentar compensar com a tecnologia. Também com a aquisição de 2 ou 3 equipamentos de internet por satélite, o Starlink, que sendo uma internet por satélite assegura a comunicação mesmo em situações de catástrofe ou problema de comunicação.

No seu direito a réplica o deputado Paulo Simões (PSD) pediu esclarecimento se existem recibos verdes para jornalistas, operadores de câmara, animadores de rádio e se são efetivamente recibos verdes ou se existem algumas dúvidas em relação a esses recibos verdes, ou seja, tendo um horário fixo, dias fixos e posto de trabalho fixo, passam recibos verdes.

Para responder à questão colocada Dr. Rui Goulart, informou que existem contratos de prestação de serviço e que os equipamentos utilizados, sendo de elevados valores, são equipamentos da RTP e não dos próprios. As situações que foram detetadas pela Inspeção de Trabalho foram resolvidas e as restantes situações não configuraram a necessidade de trabalho.

Ainda no âmbito da primeira ronda pediu a palavra o deputado José Sousa (CHEGA) onde pediu esclarecimento de como é que funcionaria a parte da profissionalização dos correspondentes, se estes seriam integrados nos quadros da RTP ou se passariam a ter um contrato diferente de prestação de serviços.

Para responder às questões colocadas Dr. Rui Goulart, voltou a frisar que estão impedidos legalmente pela tutela ou pelo acionista, de contratar. Referiu a importância de repensar a fiscalização das baixas, porque têm tido um número significativo de baixas e atendendo, também, ao pedido de requisições para cargos ou prestação de serviços fora da empresa é necessário, para colmatar estas situações, recorrer aos contratos de prestação de serviços.

Quando falou em profissionalização, referia-se à exclusividade e, obviamente, integração nos quadros da empresa. Mas, levanta-se a questão da legalidade, do ponto de vista do acordo coletivo de trabalho, e também do entendimento entre a administração e a tutela e essa possibilidade criaria uma figura jurídica e uma função muito específica num acordo de trabalho que teria de ser um regime de exceção. Para a direção do CRA esta situação seria um alívio de encargos e todas as ilhas sem delegações ficariam a ganhar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No uso do seu direito a réplica o deputado José Sousa (CHEGA) questionou se justificaria a passagem dos correspondentes para os quadros da RTP em todas as ilhas e se aumentaria os custos ou se atendendo aos custos atuais até seria mais compensador.

Para responder às questões colocadas, Dr. Rui Goulart, referiu que à questão se se justificaria a passagem dos correspondentes para os quadros em todas as ilhas teria de ser feito um trabalho mais exaustivo do ponto de vista quantitativo e qualitativo e fazer-se uma avaliação mais cuidadosa. Obviamente que seria um custo maior para a empresa, a integração profissional, havendo outra questão que é saber se os correspondentes queriam abdicar das suas atuais carreiras, em troca de uma integração, hipoteticamente falando, nos quadros da RTP, não esquecendo, também, a dificuldade em encontrar pessoas em todas as ilhas, que tenham as qualificações e formação adequadas, com carteira profissional para que possam desempenhar as funções e que tenha outros conhecimentos técnicos.

No âmbito da primeira ronda o deputado Pedro Pinto (CDS) pediu a palavra para questionar se o orçamento que a RTP Açores dispõe nas suas várias componentes, não só na componente de grelha, como em todas as outras, se é um orçamento que permite à RTP Açores prestar um bom nível de serviço público, ou se seria necessário haver aqui algum reforço financeiro para melhorar o serviço público. O deputado aproveitou o momento para felicitar a RTP pela cobertura dos trabalhos parlamentares.

Para responder às questões colocadas pelo deputado Pedro Pinto (CDS) Dr. Rui Goulart frisou que a transmissão dos trabalhos parlamentares tem sido uma mais-valia porque o serviço público é informar e formar. Foi uma aposta há alguns anos desta parte, desta direção e da anterior.

Sobre a grelha, houve um esforço de aumento nos últimos anos nos Açores, quer para a televisão, quer para a rádio, que foi reivindicado pelo Centro Regional de Açores. Em 2019, quando assumiu as funções de Diretor, a rádio tinha 90 mil euros de orçamento de grelha e neste momento tem 190 mil. A televisão tinha cerca de 900 mil euros e neste momento tem 1 milhão 165 mil. Fazer televisão é caro, os equipamentos são caros, reconhecendo esse esforço, mas também reconhecendo que é necessário mais. Seria ótimo existir um orçamento de grelha, reconhece o investimento que tem sido feito, pedido pelo Centro Regional de Açores, mas que tem sido feito por parte da Administração quer nos equipamentos da rádio, televisão e emissores, por exemplo, uma renovação do emissor nas Flores custou quase 200 mil euros de rádio, em Santa Maria, 90 mil.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A RTP faz 50 anos no ano 2025, existindo um pedido para ter um orçamento de grelha sendo o seu objetivo ir a todas as ilhas, fazendo um programa e um telejornal, dependendo da renovação do contrato de concessão de serviço público, que está em negociações entre a Tutela e a RTP.

Aberta a segunda ronda de perguntas, pediu a palavra o deputado José Eduardo (PS) onde questionou se a RTP a nível de programas estagiar L e T se usufrui desses serviços. Questionou qual o valor efetivo de investimento de equipamentos e infraestruturas para as Flores, atendendo que tinha indicação de 120 mil euros e o Dr. Rui Goulart mencionou 200 mil euros. Em relação aos equipamentos e infraestruturas quais foram as aquisições e que novas aquisições e melhorias se perspetivam. O deputado referiu a importância da efetivação dos debates e programas de antena aberta nas Flores e Corvo. Quais os maiores desafios enfrentados em 2024 e quais as oportunidades o Conselho de Administração e Direção vê para os próximos anos. Se da parte da Câmara Municipal das Flores já obtiveram resposta em relação à permuta de espaço para instalação do equipamento da RTP Açores.

Deputado Paulo Simões (PSD) fez uma inscrição questionando o Diretor do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão Portuguesa quais os custos anuais da RTP Açores, tanto Rádio e Televisão e sabendo-se da existência de uma mudança nos hábitos de consumo da televisão tradicional e a interrogação sobre o futuro dos jornais e das rádios, que estratégias e modernização esta Direção já está a pensar para colmatar essas dificuldades.

Para responder às várias questões colocadas Dr. Rui Goulart começou por responder às questões colocadas pelo deputado José Eduardo, relativamente ao programa Estagiar L, RTP Açores, pelo facto de não poder contratar funcionários, por impedimento legal da tutela, a não ser com exceções aprovadas pelo Ministério das Finanças, tiveram alguns estagiários, mas não puderam continuar a usufruir do programa. Terminada essa sanção no próximo ano esperam voltar a contratar.

Sobre a questão dos 200 mil euros, quanto falou das Flores, é um montante de investimentos com a montagem de vários equipamentos que asseguram a emissão de antenas nacionais, Antena 1, Antena 2 e Antena 3 que é um trabalho assegurado também pela área técnica do Centro Regional de Açores.

Nos próximos tempos do ponto de vista da agilização de modelos de processo e a aquisição de equipamentos que permita entrar de qualquer sítio, como por exemplo, com o Starlink. Estando também interessados em testar e em aplicar, o que se chama o modelo CLAUD, o modelo de realização nuvem. Ao abrigo do que já foi anunciado pelo Governo Regional nos apoios



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

complementares das obrigações de serviço público, adquirir novas câmaras e equipamentos para os correspondentes, para que a qualidade de cada ilha possa ser melhor, agilizando os modelos de produção e acompanhando a tecnologia e a inteligência artificial.

Querendo também potenciar a qualidade da rádio com uma sinergia entre a rádio e a televisão, que programas que são feitos para a rádio, que tenham qualidade de imagem para serem utilizados na televisão.

Do ponto de vista dos custos da RTP e Antena 1, incluindo a CAVE, custa cerca de 7 milhões de euros. Retirando a CAVE, com a contribuição audiovisual em 2023, de 3.668.000 euros.

Quer RTP Açores, quer RTP Madeira, custa cerca de 7 milhões de euros, contabilizando a CAVE. Se retirarem a CAVE, os valores são reduzidos, dá para ir em volta de cerca de 4 milhões. Sendo que deste valor já está incluído o valor dos orçamentos de grelha de rádio e televisão. Em relação à CAVE, 10% do valor, a nível nacional, fica com a EDA ou com a EDP.

Relativamente ao posicionamento da televisão e dos seus desafios, sabendo-se que a televisão está a passar por uma das maiores incógnitas que alguma vez passou, Dr. Rui Goulart, sublinhou o mérito que alguns dos jornais nacionais, regionais e internacionais conseguiram contornar as dificuldades e se adaptar às novas tecnologias. Do ponto de vista da RTP Açores, Dr. Rui Goulart considera que a aposta passa pelo que têm feito no digital. As pessoas, na sua maioria, já não consomem televisão direta, a não ser no desporto, por isso a aposta passa pela proximidade, ir aos locais, contar histórias, pela informação de maior proximidade, quer da rádio, quer da televisão e uma base nos costumes e nas tradições.

CAPÍTULO III

CONCLUSÕES

Atenta a natureza da audição realizada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou, por unanimidade, na reunião de 10 de janeiro de 2025, aprovar o presente Relatório e continuar a acompanhar em permanência este assunto.

Angra do Heroísmo, 10 de janeiro de 2025



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Relator

(Luís Carlos Cota Soares)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(Flávio da Silva Soares)